

Estatal vai substituir plataformas atrasadas

Com o atraso nas obras de construção das plataformas no Brasil, a Petrobras se prepara para contratar novas unidades de produção para compensar a demora na execução do projeto de nacionalização das plataformas flutuantes (as chamadas FPSOs) do pré-sal. A estatal retirou do horizonte do novo plano de negócios duas das oito unidades conhecidas como replicantes - por seguirem um mesmo padrão previsto anteriormente- para operar até 2020 e teve de remanejar a carteira de projetos. Esta semana, a diretora de Exploração e Produção da Petrobras, Solange Guedes, disse que a companhia vai contratar a partir deste ano cinco novas plataformas para operar em 2019 e 2020. Dessas cinco unidades, contudo, duas são destinadas a substituir a ausência da P-72 e P-73 no novo plano de negócios. Com a postergação dessas duas unidades, projetos antes previstos para operar com replicantes ficaram sem plataformas. Caso dos campos de Sépia, previsto para 2019, e Lula Oeste (2020). A P-72 e a P-73, cujos contratos de integração de módulos sequer foram licitados até o momento, estavam previstas para 2018 no último plano, mas ficaram para a próxima década. As duas unidades vão operar em projetos da cessão onerosa previstos para após 2020, informou a Petrobras ao Valor. Em seu novo plano de negócios, a estatal contabilizou um atraso médio de um ano na entrega das plataformas replicantes. A previsão anterior era iniciar a operação de duas unidades em 2016 e três em 2017, mas o cronograma escorregou para 2017 e 2018. E dos três FPSOs previstos anteriormente para 2018 apenas um entrou no novo plano, para 2019, com a saída das unidades P-72 e da P-73 do horizonte até 2020. O projeto de construção dos oito replicantes no Brasil foi lançado para atender a demanda da Petrobras por plataformas no pré-sal, inicialmente para desenvolvimento da produção dos campos dos blocos BM-S-9 e BM-S-11. A estatal contratou as obras e construção dos cascos, módulos e integração entre vários estaleiros no país. Os oito cascos foram encomendados ao estaleiro Ecovix, da Engevix, em Rio Grande. A expectativa da Petrobras era que as unidades fossem produzidas em série dentro de um conceito de escala e otimização de custos. Dos oito cascos, apenas dois (P-66 e P-67) foram concluídos até o momento, quase cinco anos depois da assinatura do contrato. Outros dois cascos, da P-69 e P-70, seguem em obras no Rio Grande, segundo a Engevix. Os replicantes foram assim batizados porque seguem o mesmo padrão. Cada plataforma foi concebida com uma capacidade para processar até 150 mil barris por dia de óleo e comprimir 6 milhões de metros cúbicos diários de gás natural. O arranjo inicial do projeto de nacionalização das unidades, contudo, vem se desmantelando ao longo dos últimos anos, num processo que ganhou novos contornos com a Operação Lava-Jato. Em novembro, por exemplo, a Iesa, citada nas investigações da Polícia Federal, teve rescindido seu contrato para construção de 24 módulos de compressão e as obras foram parar no exterior. A integração das unidades P-67 e P-70, a cargo do Consórcio Integra (Mendes Junior / OSX), é outra obra que deve parar na China. (Fonte: Valor Econômico/ Por André Ramalho | Do Rio)